

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Marielle: julgamento de mandantes da morte será um divisor

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, ontem, o julgamento dos acusados de mandar matar a vereadora carioca Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, com o pedido de condenação dos réus pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e as defesas dos acusados. Marielle foi morta a tiros em 14 de março de 2018, no bairro do Rio Comprido, na região central da capital fluminense. A vereadora, que saía de um evento com mulheres negras, foi assassinada com quatro disparos na cabeça. Anderson, que dirigia o carro que a transportava, foi atingido por três projéteis nas costas e morreu.

Advogados dos denunciados pediram a absolvição do grupo. Alegam falta de provas e questionam a veracidade da delação do principal responsável pela execução de Marielle e Anderson, o ex-policial militar Ronnie Lessa. Querem a absolvição de Domingos Inácio Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ); de João Francisco Inácio (Chiquinho) Brazão, ex-deputado federal (foi cassado); Rivaldo Barbosa, delegado e ex-chefe da Polícia Civil do Rio; Ronald Paulo Alves Pereira, major da Polícia Militar; e Robson Calixto Fonseca, policial militar e ex-assessor de Domingos Brazão. Todos acusados de duplo homicídio qualificado e tentativa de homicídio contra a assessora Fernanda Chaves, além de organização criminosa.

Hoje, os ministros deverão apresentar seus votos, sendo relator o ministro Alexandre de Moraes. Em circunstâncias normais, todos seriam submetidos ao 4º Tribunal do Juri do Rio de Janeiro e julgados por cidadãos comuns, como aconteceu com Ronnie Lessa e Elcio Queiroz. Ocorre que Chiquinho Brazão, um dos envolvidos, tem foro privilegiado por ter ocupado o cargo de deputado federal. Somente seis anos depois do crime, foram condenados os ex-policiais militares Lessa, que reconheceu ter sido autor dos disparos, a 78 anos e nove meses de prisão; e Elcio, que confessou ter dirigido o carro usado no crime, a 59 anos e oito meses.

O caso Marielle desnuda a conexão entre a política fluminense, o crime organizado e a corrupção no sistema de segurança pública. Tanto que o advogado de Rivaldo se empenhou em desqualificar a acusação de corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a defesa, não haveria prova de pagamentos ao delegado nem de que foi nomeado para o cargo por influência dos irmãos Brazão.

Lessa, entretanto, revelou a existência de negócios milionários dos irmãos Domingos e Chiquinho por trás das execuções. A vereadora atrapalhava a venda de terrenos e imóveis em loteamentos ilegais na região de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, que poderiam render milhões de dólares. “Era muito dinheiro”, disse o ex-policial militar, ligado ao chamado Escritório do Crime.

O matador disse que o crime foi encomendado por Domingos, ex-conselheiro do TCE-RJ, e seu irmão Chiquinho sob promessa de que receberia um loteamento clandestino que poderia render até R\$ 20 milhões, e passaria a ser um chefe de milícia. “Na verdade, não fui contratado para matar Marielle, como um assassino de aluguel. Eu fui chamado para uma sociedade”, disse. Segundo Lessa, houve três reuniões para discutir a execução da vereadora.

Negócio milionário

A formação de milícias é um negócio milionário no Rio de Janeiro, porque envolve venda de terrenos, construção e aluguéis de imóveis; exploração de comércio ilegal, como venda de botijões de gás, internet e tevê a cabo piratas; gatos nas redes elétrica e de distribuição de água; serviços de van e motoboys. Ou seja, toda a economia informal que se forma nessas regiões é controlada pelas milícias, que ocupam o espaço deixado pelo poder público, cujas políticas públicas são capturadas por grandes interesses privados.

Assim como territórios dominados por traficantes, o mercado imobiliário das milícias está acoplado ao uso eleitoral do controle sobre a população. Daí a forte conexão com o mundo político e setores da segurança pública, que deveriam combater as organizações criminosas. O que deseja um cidadão de periferia é um mínimo de qualidade de vida — ou seja, água, esgoto, energia, meios de comunicação, saúde, educação e cultura, meios de transporte e abastecimento de gêneros adequados.

Onde o poder público não garante esses serviços, as milícias têm um terreno fértil: achacam, chantageiam e matam, como os traficantes. Para agravar a situação, o envolvimento dos milicianos com políticos faz que até os serviços fornecidos pelo Estado passem a ser explorados pelo crime organizado. A morte de Marielle é o exemplo das conexões do crime organizado com a política e as dificuldades de combatê-lo por causa da infiltração no aparelho de segurança.

Marielle foi assassinada em plena atividade política como parlamentar, que debatia o tema da violência. O crime contou com a cobertura do próprio chefe da Polícia Civil à época, Rivaldo Barbosa, que prejudicava as investigações para evitar que chegassem aos mandantes. Somente após a Polícia Federal entrar no caso é que o crime foi elucidado — e Barbosa foi preso. O delegado chegou a prometer aos pais de Marielle que o assassinato não ficaria impune.

PODER

Caso Marielle: PGR pede condenação dos 5 réus

STF começa julgamento depois de quase oito anos do assassinato da vereadora e de seu motorista. Motivação seria o enfrentamento que ela fez à milícia no Rio de Janeiro

» LUANA PATRIOLINO
» IAGO MAC CORD

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu, ontem, a condenação dos cinco réus acusados da morte da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, além da fixação de indenização para as famílias das vítimas. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou o julgamento depois de quase oito anos do assassinato da parlamentar, em uma rua do Rio Comprido, bairro da Zona Central do Rio de Janeiro. A fase decisiva é hoje, a partir das 9h, com o início da leitura dos votos pelos ministros.

O vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho, afirmou que os assassinatos foram resultado de uma “triade criminosa” voltada para a ocupação e a exporação de áreas habitáveis e serviços que atendem a população de uma ampla região da capital fluminense. “O que se revela neste processo é a atuação de uma triade criminosa que une política, milícia e agentes públicos para proteger interesses econômicos ligados à grilagem de terras na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Não se trata de um crime isolado, mas da instrumentalização do poder público para eliminar uma agente política que contrariava interesses ilícitos profundamente enraizados”, destacou o vice-PGR.

Os acusados são os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão (respectivamente ex-conselheiro do Tribunal de Contas de Estado do Rio e ex-deputado federal); Rivaldo Barbosa (ex-chefe da Polícia Civil fluminense); Ronald Paulo de Alves Pereira; e Robson Calixto Fonseca (ex-policiais militares). Todos estão presos preventivamente e respondem por homicídio qualificado e tentativa de homicídio.

Após detalhar a ligação dos réus com milícias, Chateaubriand destacou pontos que, segundo a acusação, conectam os irmãos Brazão ao crime. Ele citou a infiltração de um miliciano, conhecido como Laerte, no PSol, partido de Marielle, e afirmou que a ideia inicial era matar Marcelo Freixo — então deputado, hoje presidente da Embatur. Mas a vereadora acabou escolhida como alvo.

Ao descrever o esquema, o vice-PGR foi taxativo. “Eles usavam pessoas interpostas, todas de baixa renda, com subsequente reivindicação formal do direito de posse e propriedade. A ideia desse grupo era conferir uma aparente finalidade social à pretensão possessória, que, uma vez deferida, resultava na alienação dos respectivos direitos aos verdadeiros donos do negócio, que os comercializavam a lucros exorbitantes. Esse foi o esquema que garantiu aos irmãos Brazão dezenas de imóveis”, apontou Chateaubriand.

“Currais eleitorais”

Segundo a PGR, a atuação da vereadora em áreas dominadas por milícias tinha “elevada probabilidade de prejudicar os loteamentos irregulares que faziam parte dos planos futuros” dos Brazão. A denúncia sustenta que “Marielle ameaçou os currais eleitorais dos irmãos”.

Em outro trecho da acusação, Chateaubriand afirmou que “fatos dos confrontos com o PSol e, depois com as intervenções de Marielle, eles, os irmãos Brazão, decidiram pelo homicídio da vereadora. A princípio, cogitaram pelo assassinato de Marcelo Freixo, mas o atirador dissuadiu os mandantes apresentando dificuldades operacionais para o cometimento desse crime. Com a intensificação da atuação de Marielle nas áreas de milícias, especialmente em Vargem (Grande), sub-região de Jacarepaguá, a vereadora se tornou o alvo alternativo da organização criminosa.”

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Família de Marielle estava na primeira fila. Julgamento é a perspectiva de pôr um ponto final a uma dor

Quem são os acusados

Domingos Inácio Brazão — Era conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro depois de ter exercido mandatos de deputado estadual. Segundo a PGR, foi um dos mandantes do assassinato por interesses econômicos ligados à regularização fundiária em áreas da Zona Oeste do Rio dominadas por milícias.

Chiquinho Brazão — Era vereador no Rio de Janeiro à época do crime. Posteriormente, foi eleito deputado federal. Apontado pela investigação também como mandante do crime.

Rivaldo Barbosa — Em março de 2018, era delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro e assumiu o cargo de chefe da corporação na véspera do crime. É acusado de ter prejudicado as investigações.

Ronald Alves Pereira (o Major Ronald) — Policial militar reformado, tinha vínculos com milícias que atuavam na Zona Oeste do Rio. Segundo a PGR, ele monitorou a rotina de Marielle e passou informações aos executores sobre deslocamentos e compromissos da vereadora nos dias que antecederam o crime.

Robson Calixto Fonseca, o Peixe — Foi denunciado por organização criminosa. Ex-assessor de Domingos no TCE, é suspeito de ter fornecido a arma usada no assassinato.

A PGR defende a condenação dos irmãos Brazão, de Rivaldo e de Ronald por duplo homicídio qualificado e pela tentativa de homicídio de Fernanda Chaves — assessora de Marielle que sobreviveu ao atentado. Robson responde por organização criminosa. Na sessão de hoje, o primeiro a votar será o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes. Em seguida, os ministros Cármen Lúcia, Cristiano Zanin e Flávio Dino, presidente do colegiado, se manifestam.

Desqualificação

As defesas deixaram claro que a estratégia era a de desqualificar a delação do matador de Marielle, o ex-policial Ronnie Lessa. O advogado Felipe Dalleprane, que representa Rivaldo Barbosa, questionou as informações e disse que não há provas que corroborem as declarações do assassino confessado da vereadora.

Para os advogados, a colaboração de Lessa é “tenebrosa”, “criação mental”, “só retórica” e “sem valor jurídico”. Tanto que Igor Luiz Batista de Carvalho, que representa Ronald Pereira, argumentou que o cliente não estava no local ou monitorando Marielle no dia do atentado. “Ronald não possui qualquer vínculo com o grupo de pessoas ligadas ao Ronnie Lessa”.

O advogado de Domingos, Roberto Brzezinski, pediu a absolvição de seu cliente e afirmou que a CPI das Milícias, da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), não indiciou os irmãos Brazão por qualquer crime, nem por envolvimento com milícias. Já a defesa de Chiquinho negou que estivesse envolvido com o grupo paramilitar.

“Chiquinho não foi indiciado na CPI das Milícias. É citado uma única vez no relatório e a referência é de que ele tinha influência política na região, algo conceitualmente diferente de participação

em milícia”, disse o advogado Cléber Lopes de Oliveira.

O representante de Robson Calixto, Gabriel Habib, disse que seu cliente não se encaixa como um miliciano. “O perfil do Robson é absolutamente incompatível. Ele é casado há 19 anos e, desta união, tem dois filhos. Robson tem curso superior de tecnologia. Miliciano tem isso?”, argumentou.

Antes do início da sessão, a mãe de Marielle, Marinete Silva, disse que “o que vivemos nesses últimos

oito anos tem sido uma experiência de dor”. “O Estado brasileiro tem que dar uma resposta positiva em relação aos mandantes. Esses homens jamais imaginavam que seriam julgados”, afirmou.

O pai da vereadora, Antônio Francisco, lembrou que os cinco réus têm direito à defesa, algo que Marielle não teve. “Os cinco que sentam no banco dos réus não deram nenhuma chance de defesa para Marielle e Anderson. Mas, hoje, eles estão com uma banca de advogados defendendo eles para que não sejam condenados pelo que fizeram. Espero e confio cegamente na Primeira Turma do STF, que não vai se deixar levar pelas falácias dos advogados”, disse.

Irmã de Marielle e ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco destacou que o dia era “de esperança”. “Acharam que o corpo da minha irmã seria descartável, como pensam sobre muitos corpos no nosso país. É para isso que estamos aqui”, enfatizou.

A sessão foi acompanhada por deputados federais do PSol, como Tarcísio Motta, Chico Alencar, Pastor Henrique Vieira, Talíria Petrone e Fernanda Melchionna. Marcelo Freixo, amigo de Marielle e foi assessorado por ela quando era deputado estadual no Rio de Janeiro, também estava presente.

Em 14 de março de 2018, Marielle levou quatro tiros — três na cabeça e um no pescoço. Anderson recebeu três nas costas. Fernanda Chaves foi atingida por estilhaços.

Ayla Fernanda Barbosa
Escola Classe 01, Gama

Educação

Em sete anos, o cartão material escolar já beneficiou 572 papelerias credenciadas.

Consulte o saldo do seu cartão no aplicativo BRB Social e confira as papelerias credenciadas.

GOVERNO QUE FEZ. GOVERNO QUE FAZ.